



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2014.** (Do Sr. Deputado Davi Alcolumbre)

Solicita realização de Audiência Pública para debater a crise no sistema elétrico brasileiro e suas consequências para o desenvolvimento do país.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e dos arts. 24, VII, 255 a 258, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, sejam convidados a comparecer a esta Comissão, em Audiência Pública a realizar-se em data a ser agendada, os Srs. Edison Lobão – Ministro de Estado de Minas e Energia, Romeu Donizete Rufino – diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Hermes Chipp - diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), César de Barros – diretor-executivo da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia (Abrate), Ildo Sauer – professor titular e diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (USP), e Adriano Pires - professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a fim de debaterem acerca dos problemas que afetam o abastecimento de energia elétrica no Brasil e as consequências para o desenvolvimento do país.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Ao longo dos últimos anos, uma sequência de apagões afetou o fornecimento de energia elétrica para diversas regiões do Brasil e colocou em cheque a confiabilidade do sistema elétrico nacional.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Segundo reportagem veiculada pela Folhapress, no dia 27/02/2013, a Presidente Dilma Rousseff afastou o risco de apagão, tendo afirmado não ser admissível especulação sobre racionamento de energia elétrica no país e assegurado a existência de segurança energética.

No mesmo sentido, em evento no Palácio do Planalto, no dia 03/02/2014, o ministro Edison Lobão afirmou que o baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas no país não representava "nenhum risco de desabastecimento".

No entanto, no dia 04/02/2014, novo blecaute atingiu novamente quatro regiões do país, afetando entre 5 e 6 milhões de pessoas, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), provocando transtornos e prejuízos de toda ordem às populações das regiões afetadas.

No dia 13/02/2014, de acordo com reportagem do jornal O Globo, o governo admitiu, pela primeira vez, o risco de apagão. Em nota divulgada durante reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), o governo afirmou que o fornecimento de energia estaria garantido em 2014, mas admitiu pela primeira vez que, se a situação dos reservatórios piorasse nos próximos meses, existiria o risco de desabastecimento.

Muito embora se saiba que um sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica não seja imune a falhas, causa grande preocupação a sequência de problemas apresentados pelo sistema nacional, atingindo extensas áreas do território brasileiro e prejudicando milhões de pessoas e empresas.

Cabe destacar Editorial do jornal O Estado de São Paulo, publicado no dia 28/10/2012, onde o então ministro interino de Minas e Energia, Márcio Pereira Zimmermann, reconheceu que a sequência de blecautes não poderia ser considerada como fato normal e, menos ainda, a existência de coincidências.

Apesar da qualidade dos nossos ativos naturais e humanos, temos um sistema elétrico ineficiente. É inaceitável que o sistema entre em colapso por causa de raios e ventanias, como ocorre com frequência. Isso demonstra a falência do modelo de gestão elétrica adotado por este governo. São poucos os investimentos, o custo do serviço é alto, há muito desperdício, o parque energético está sucateado e as finanças das companhias estão comprometidas.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Além disso, medidas meramente eleitoreiras, como a redução da tarifa de energia elétrica via decreto do Poder Executivo, contribuem para o aumento da crise no setor. Embora a energia elétrica tenha ficado mais barata, há o risco de que os novos preços sejam insuficientes para o bom funcionamento do setor. Ademais, a redução das tarifas pode se tornar um perigoso desestímulo em função da brusca mudança das regras. Os concessionários poderão, em razão disso, reduzir gastos com manutenção e ampliação das redes. Assim, o Brasil caminha para um sistema obsoleto e com apagões frequentes.

Por conseguinte, o presente requerimento de Audiência Pública tem como objetivo conhecer e debater os problemas que afetam o sistema nacional de energia elétrica e as providências que estão sendo tomadas pelo Governo e pelo órgão regulador, a fim de evitar a repetição recorrente dessas falhas e/ou atenuar seus efeitos, principalmente em razão da proximidade da Copa do Mundo Fifa 2014, evento esse de destacada projeção mundial.

Sala da Comissão, em            de            de 2014.

**Davi Alcolumbre**  
Democratas/AP